

HABEAS CORPUS Nº 561.098 - ES (2020/0032352-4)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
LEONARDO LUNA LUNA - ES016588
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
PACIENTE : G DOS S D (INTERNADO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de G. DOS S. D. apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo.

Depreende-se dos autos que foi aplicada ao paciente medida socioeducativa de prestação de serviços pela prática do ato infracional análogo ao delito do art. 12 da Lei n. 10.826/2003 (posse irregular de arma de fogo de uso permitido) – e-STJ fl. 33.

Interposta apelação, o Tribunal de origem deu provimento ao recurso ministerial para aplicar medida de internação (e-STJ fls. 36/41).

Daí o presente *writ*, no qual alega a defesa que é desproporcional a aplicação de medida de internação ao ato infracional em tela (e-STJ fl. 4).

Acresce ir contra os objetivos da ressocialização a internação no caso em tela (e-STJ fl. 5).

Requer, liminarmente e no mérito, a aplicação de medida socioeducativa de prestação de serviços à comunidade (e-STJ fl. 11).

O pedido liminar foi indeferido às e-STJ fls. 44/45.

Informações prestadas.

O Ministério Público Federal opinou pela denegação da ordem (e-STJ fls. 72/73).

É o relatório.

Decido.

Não assiste razão à impetrante.

O art. 122 do Estatuto da Criança e do Adolescente autoriza a imposição de medida socioeducativa de internação nas hipóteses de ato infracional cometido com violência ou grave ameaça contra a pessoa, reiteração na prática de infrações graves e por descumprimento reiterado e injustificável da medida anteriormente imposta.

Acerca do tema, este Tribunal Superior firmou entendimento segundo o qual não se exige – para justificar a imposição da medida socioeducativa de internação prevista no art. 122, II, do ECA – o cometimento de um número mínimo de atos infracionais graves, por ausência de previsão legal.

Confirmam-se:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO PRÓPRIO. IMPROPRIEDADE DA VIA ELEITA. ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO DELITO DE TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE SEMILIBERDADE IMPOSTA EM RAZÃO DAS PECULIARIDADES DO CASO CONCRETO. REITERAÇÃO NO COMETIMENTO DE ATO INFRACIONAL. CIRCUNSTÂNCIA QUE PERMITIRIA, INCLUSIVE, A APLICAÇÃO DA MEDIDA MAIS GRAVOSA DE INTERNAÇÃO. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL DE NÚMERO MÍNIMO DE ATOS INFRACIONAIS ANTERIORES. PRECEDENTES DESTA CORTE E DO STF. HABEAS CORPUS NÃO CONHECIDO.

1. O Supremo Tribunal Federal, por sua Primeira Turma, e a Terceira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, diante da utilização crescente e sucessiva do habeas corpus, passaram a restringir a sua admissibilidade quando o ato ilegal for passível de impugnação pela via recursal própria, sem olvidar a possibilidade de concessão da ordem, de ofício, nos casos de flagrante ilegalidade.

2. Esta Quinta Turma, na esteira da jurisprudência da Suprema Corte, firmou o entendimento de que o Estatuto da Criança e do Adolescente não estipulou um número mínimo de atos infracionais graves para justificar a internação do menor infrator, com fulcro no art. 122, inciso II, do ECA (reiteração no cometimento de outras infrações graves).

3. Consoante a nova orientação, cabe ao Magistrado analisar as peculiaridades de cada caso e as condições específicas do adolescente, a fim de melhor aplicar o direito, definindo a medida socioeducativa mais adequada à hipótese dos autos. Precedentes deste Tribunal e da Suprema Corte.

4. In casu, o paciente não estuda, não exerce atividade lícita, é usuário de drogas, possui outra passagem pela Vara da Infância e da Juventude por tráfico de entorpecentes e descumpriu medida de liberdade assistida anteriormente aplicada, elementos que permitiriam, inclusive, a aplicação da medida mais gravosa de internação, nos termos do acima expandido. Entretanto, o Tribunal a quo, seguindo o pedido formulado pelo Parquet no recurso de apelação, aplicou a medida de semiliberdade, mais benéfica, portanto, ao paciente.

5. Habeas corpus não conhecido. (HC 342.943/SP, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 10/03/2016, DJe 16/03/2016, grifei)

ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE. HABEAS CORPUS. ATO INFRACIONAL EQUIPARADO AO CRIME DE TRÁFICO DE ENTORPECENTES. MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO. REITERAÇÃO. VERIFICADA. ILEGALIDADE. NÃO OCORRÊNCIA. AUSÊNCIA DE VAGA NO LOCAL DE RESIDÊNCIA DO MENOR.

RELATIVIZAÇÃO DO ART. 49, II DO SINASE. POSSIBILIDADE. ANÁLISE CASO A CASO. HABEAS CORPUS DENEGADO.

1. Esta Sexta Turma passou a majoritariamente compreender, ressalvada pessoal compreensão diversa, que para a configuração da reiteração de infrações graves, prevista no inciso II do art. 122 do ECA, suficiente é a prática de nova conduta após prévia aplicação de medida socioeducativa, salvo falta de contemporaneidade ou menor relevância da infração antecedente.

2. A regra prevista no art. 49, II do SINASE deve ser aplicada de acordo com o caso concreto, observando-se as situações específicas do adolescente, do ato infracional praticado. Na hipótese, ao menor já foi aplicada medida socioeducativa de internação pela prática de ato infracional equiparado a roubo, de modo que não há que se falar em constrangimento ilegal na aplicação da internação, por ser essa a mais adequada para os casos de reiteração de atos infracionais graves.

3. Habeas corpus denegado.

(HC 380.241/SP, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 14/03/2017, DJe 22/03/2017, grifei)

No caso dos autos, o Tribunal de origem aplicou a medida de internação com esteio nos seguintes fundamentos (e-STJ fl. 39):

Como mencionado no apelo e na própria sentença, o menor já respondeu a diversas outras representações, estando sujeito a medida de internação "até a presente data, conforme documentação anexa" (excerto da sentença, à folha 197-verso). O MPES, aliás, registrou que "além deste procedimento, há procedimentos pela

Superior Tribunal de Justiça

prática de ato infracional análogo ao crime de homicídio (quatro vezes), posse de droga, tráfico de drogas (duas vezes), desacato, resistência e ameaça, tendo recebido medidas socioeducativas de meio aberto e três medidas de internação."

Verifica-se, portanto, que a necessidade da aplicação da medida socioeducativa mais severa está devidamente justificada pela reiteração infracional, conforme destacado pela instância originária.

À vista do exposto, **denego a ordem**.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 03 de abril de 2020.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
Relator